

Valor Econômico da Observação de Baleias: um estudo na Praia do Forte (BA)

The Economic Value of Whale Watching: A Study in Praia do Forte (BA, Brazil)

Maira Luiza Spanholi, Leonardo Hasenclever de Lima Borges,
Eduardo Freitas Moraes de Camargo, José Truda Palazzo Junior,
Sérgio Ricardo Cardoso Cipolotti

RESUMO: O turismo marítimo, especialmente a observação de baleias, tem se destacado no âmbito do Ecoturismo, oferecendo não apenas sensibilização ambiental, mas também um significativo impacto econômico. Estima-se que 14 milhões de pessoas participem dessa atividade anualmente, com vendas globais gerando bilhões de dólares. No Brasil, a Praia do Forte se tornou um destino relevante para essa atividade. Este estudo visa estimar o impacto econômico do turismo de observação de baleias na região da Praia do Forte na Bahia. A pesquisa foi conduzida na Praia do Forte, localizada no município de Mata de São João, durante a temporada de observação de baleias de julho a outubro de 2023. Um total de 128 questionários foram aplicados, excluindo 11 por dados incompletos. A análise baseou-se no modelo Money Generation Model (MGM2), adaptado para a realidade brasileira, utilizando a Matriz Insumo-Produto (MIP). O turismo de observação de baleias atraiu aproximadamente três mil visitantes em 2023, com um gasto médio diário de R\$ 841,73 por pessoa. O impacto econômico direto foi estimado em R\$ 4,4 milhões, aumentando para R\$ 9,3 milhões ao considerar o efeito multiplicador na economia local. A atividade gerou entre 85 a 122 empregos diretos e contribuiu com R\$ 416 mil a R\$ 816 mil em impostos indiretos. O turismo de observação de baleias na Praia do Forte demonstra um forte potencial econômico e social, promovendo desenvolvimento sustentável e conservação ambiental. A disposição dos turistas em contribuir para a conservação das baleias reflete um aspecto positivo adicional, indicando oportunidades para reforçar mensagens de preservação dos cetáceos e ambientes marinhos. O estudo oferece insights para estratégias de marketing e sustentabilidade, impulsionando o setor turístico regional.

PALAVRAS-CHAVE: Cetáceos; Conservação; Impacto Econômico; Ecoturismo.

ABSTRACT: Maritime tourism, especially whale watching, has stood out amongst Ecotourism activities, offering not only environmental awareness but also significant economic impact. It is estimated that around 14 million people take part in this activity annually, with global sales generating billions of dollars. In Brazil, Praia do Forte has turned into a relevant destination for whale watching. This study estimated the regional economic impact of whale watching (WW) in Praia do Forte, state of Bahia, Brazil. The research was conducted in Praia do Forte, which is located in Mata do São João municipality, during 2023 WW season from July through October. A total of 128 questionnaires were applied, excluding 11 due to incomplete data. The analysis was based on the Money Generating Model (MGM2), adapted to Brazilian reality, utilizing input product matrix (MIP). Whale watching tourism attracted around 3.000 visitors in 2023 with average daily expenditure of R\$ 841,73 per pax. Direct economic impact was estimated to be around R\$ 4.4 million, growing up to R\$ 9.3 million when considering multiplier effect in local economy. The activity generated between 85 and 122 direct jobs and contributed with R\$ 416 thousand thru R\$ 816 thousand in direct taxes. Whale watching tourism in Praia do Forte demonstrates a strong economic and social potential, promoting sustainable development and environmental conservation. Tourist's willingness to pay towards whale conservation reflects an extra positive aspect, indicating opportunities to strengthen whale and marine environment preservation messages. The study presents insights for marketing and sustainability strategies, fostering regional tourism sector.

KEYWORDS: Cetaceans; Conservation; Economic Impact; Ecotourism.

Introdução

Entre as atividades de natureza e ecoturismo, o turismo marítimo cresceu nas últimas décadas e recebeu atenção renovada, projetando-se como um dos segmentos de maior valor agregado da economia oceânica até 2030 (DE LA CRUZ-MODINO; COSENTINO, 2022).

A observação de baleias proporciona oportunidades únicas de sensibilização ambiental e de investigação dos cetáceos, razão pela qual tem sido identificada como uma atividade com potencial para o ecoturismo (GARCÍA-CEGARRA; PACHECO 2017; LOPEZ; PEARSON, 2017; CHAMI et al, 2020). Hoje, a observação de baleias é uma das atividades turísticas mais importantes, realizada a partir de terra, embarcações e aeronaves, na maioria dos países costeiros do mundo. Estima-se que quase 14 milhões de pessoas vão à observação de baleias todos os anos (O'CONNOR et al., 2009).

No Brasil, a Praia do Forte se tornou um importante destino de observação de baleias e é muito provável que nos próximos anos aumente a procura de observação de cetáceos na região (FERNANDES; ROSSI-SANTOS, 2018).

Concomitantemente, a atividade econômica gerada pelos turistas de observação de baleias também cresceu. Em 2008, a venda global de ingressos para viagens de observação de baleias gerou US\$ 870 milhões (despesas diretas), com as despesas indiretas subsequentes atribuídas à observação de baleias gerando US\$ 1,2 bilhão, resultando em gastos totais de observação de baleias de US\$ 2,1 bilhões (O'CONNOR et al., 2009).

Valorar a vida selvagem pode ter grande significância na melhoria de processos de tomada de decisões no campo da conservação, desde que se pode prover perspectivas complementares baseadas em sólidos princípios econômicos (OULED et al., 2023).

De fato, Chami e seus colaboradores (2020) apontam que o trabalho dos economistas ambientais aplica ferramentas de valoração na tentativa explícita de persuadir indivíduos, negócios e governos a alocarem recursos na proteção e restauração ambiental, uma vez que essas ações serviriam como meios de superação dos desincentivos relacionados à tomada de ação nos casos de externalidades e gestão de recursos comuns (CHAMI et al., 2020).

Imputar valor aos recursos ambientais se traduz na melhor forma de calcular o valor em unidades monetárias das perdas ou ganhos da sociedade diante da variação do recurso. Portanto, valorar significa estimar a variação do bem-estar das pessoas devido a mudanças na quantidade ou qualidade de bens e serviços ambientais, seja na apropriação para uso ou não (YOUNG; MEDEIROS, 2018).

Este trabalho tem como objetivo estimar o impacto econômico do turismo de observação de baleias na região da Praia do Forte na Bahia.

Revisão de literatura

Valoração econômica ambiental: breve contextualização

Determinar o valor econômico de um recurso ambiental consiste em estimar o seu valor monetário em relação aos demais bens e serviços disponíveis na economia. Embora o uso de certos recursos ambientais não seja precificado no mercado, o seu valor econômico ainda é real, pois a utilização desses recursos impacta diretamente o nível de produção e consumo, influenciando o bem-estar da sociedade (SEROA DA MOTTA, 1997). Como apontam Young et al. (2015), em termos econômicos, valorar significa:

Estimar a variação do bem-estar das pessoas devido a mudanças na quantidade ou qualidade de bens e serviços ambientais, seja na apropriação para uso ou não. Imputar valor aos recursos ambientais se traduz, portanto, na melhor forma de calcular o valor em unidades monetárias das perdas ou dos ganhos da sociedade diante da variação do recurso. Isso pode ser feito por meio de técnicas de valoração, de modo a diferenciar cada projeto e objetivo do estudo para a análise técnica da valoração adequada (YOUNG et al., 2015, p.15-16).

Na literatura, o valor econômico dos recursos ambientais tem sido desagregado da seguinte forma: VERA (Valor Econômico dos Recursos Ambientais) = (Valor de Uso Direto (VUD) + Valor de Uso Indireto (VUI) + Valor de Opção (VO)) + Valor de Existência (VE) (SEROA DA MOTTA, 2006).

O valor de uso direto (VUD) é aquele em que o indivíduo desfruta diretamente de um recurso, como por exemplo, a extração, visitação, ou alguma outra forma de atividade produtiva. O valor de uso indireto (VUI) é aquele em que o benefício atual do recurso é derivado de funções ecossistêmicas como, por exemplo, a proteção dos corpos d'água decorrente da preservação das florestas (YOUNG; FAUSTO, 1997).

O valor da opção (VO) é aquele em que o indivíduo opta em preservar recursos que podem estar ameaçados, para usos diretos e indiretos num futuro próximo, como por exemplo, proteger plantas que podem originar terapias genéticas ainda não descobertas (SEROA DA MOTTA, 2006).

O valor de existência (VE) pode ser caracterizado como um valor de não-uso. Esse valor é o mais difícil de conceituar, pois representa um valor atribuído à existência do meio ambiente, seus atributos, amenidades e funcionalidades, independentemente do seu uso atual ou futuro. Significa que as pessoas atribuem um valor a certos recursos ambientais, como paisagens, florestas (flora) e animais, mesmo que não pretendam usá-los ou apreciá-los (YOUNG; FAUSTO, 1997).

Os métodos de valoração existentes são diversos e todos eles objetivam captar distintas parcelas do valor econômico total do recurso ambiental. Contudo, existem limitações em cada método, pois este dependerá do grau de sofisticação metodológica, de dados e informações disponíveis, das hipóteses sobre comportamento do consumidor, da sociedade e dos efeitos do consumo ambiental nos diversos setores da economia, além do uso que será dado aos resultados obtidos. Por isso, há vantagens e desvantagens no uso de cada método, sendo necessário compreender as suas limitações e procurar avanços, seja na compreensão dos fenômenos naturais, tanto quanto no entendimento de comportamentos econômicos. Deve-se destacar também que os métodos de valoração se orientam pelo princípio do desenvolvimento sustentável (MARQUES, 2004).

Portanto, o método escolhido dependerá do objetivo da valoração, das hipóteses assumidas, do conhecimento da dinâmica ecológica do objeto que está sendo valorado, dos indicadores econômicos disponíveis, da causa do evento, da disponibilidade de dados, dos objetivos do uso da informação gerada, entre outros (MALDONADO; EDUARDO; RIBEIRO, 2017).

Segundo Romeiro e Maia (2011), o valor obtido é extremamente útil para a formulação de políticas ambientais e de desenvolvimento, por exemplo, na medida em que fornece um dado objetivo sobre parte do valor do recurso ambiental que era ignorado, ou considerado como uma "externalidade negativa", isto é, um prejuízo sofrido por um grupo de agentes econômicos que não era compensado pelo agente causador do problema.

A precificação dos bens e serviços ambientais motiva os agentes econômicos a calcularem o custo-benefício, se quiserem utilizar um dado recurso natural. No entanto, é importante ter em mente que esse processo de ajuste é fundamentado unicamente nos valores monetários atribuídos aos bens e serviços ecossistêmicos que foram identificados. Os bens e serviços ecossistêmicos que existem, mas não foram identificados, bem como os

valores não monetários (ecológicos e socioculturais), estão excluídos por definição (ROMEIRO; MAIA, 2011).

Turismo de observação de baleias como uma ferramenta para a conservação

Baleias sempre povoaram o imaginário coletivo da humanidade, em diferentes espectros. Essa conexão tem auxiliado na conservação desses animais desde os primórdios do desenvolvimento da indústria do turismo de observação de baleias (HOYT, 2001).

Nesse diapasão, Chami et al (2020) defendem a valoração de indivíduos selvagens conspícuos, tais como as baleias, desde que a biodiversidade *per se* é muito abstrata, e os ecossistemas muito amplos ou complexos, no sentido de auxiliar indivíduos e negócios na sua tomada de decisão. Mais além, apontam que ecossistemas não parecem ter forte apelo para criar motivação ou preocupação, especialmente em comparação aos indivíduos que os compõem (CHAMI et al., 2020).

No ano de 2001, Hoyt (2001) já concluía que o turismo de observação de baleias possui grande valor econômico baseado nos gastos dos turistas, mas que isto é apenas uma parte do cenário. Um exame do vasto espectro de benefícios socioeconômicos (e ambientais), mesmo que muitos difíceis de quantificar (medir), revelou que a observação de baleias já havia se valorizado mundo afora de formas inesperadas, ainda que impactantes (HOYT, 2001 p.05).

À época, já notara os efeitos diretos do turismo de observação de baleias sobre o ecossistema sócio político na Europa (Reino Unido, Espanha entre outros), causando o direcionamento de esforços conjuntos para a criação de novas áreas protegidas marinhas, que proveriam melhores condições de manejo e direcionamento da atividade, na tentativa de conservar os cetáceos com vistas a promover o reconhecimento de valores econômicos, culturais, sociais e recreacionais importantes para todos que vivem e trabalham naquelas regiões afetadas (HOYT, 2001 p.06).

Grupos de naturalistas e/ou cientistas que frequentavam embarcações de observação turística de baleias cresceram em todo mundo e propiciaram o estabelecimento de uma plataforma sólida para o estudo e conhecimento desses animais. O valor estimado, em 2001, de se ter tal oportunidade foi de US\$ 1.000,00/dia na região de *Stellwagen Bank*, ao sul da Nova Inglaterra (HOYT, 2001 p.05).

Cetáceos – baleias, golfinhos e botos – são mamíferos icônicos, e desempenham importante papel ecológico como predadores de topo nos mares e em outros ambientes aquáticos, além de possuírem uma diversidade de valores socioeconômicos e culturais (AUSTRALIAN GOVERNMENT, 2009).

Corkeron (2004) faz interessantes questionamentos e explora os possíveis impactos, positivos e negativos, da atividade de observação de baleias no mundo.

Ao identificar alguns aspectos convergentes com o aumento significativo do turismo de observação de baleias nas últimas décadas aponta o crescimento populacional, os movimentos populacionais rumo a regiões costeiras, o enriquecimento relativo das sociedades com o aumento proporcional do acesso a voos aéreos regionais e internacionais, o fato de as embarcações costeiras terem se tornado mais seguras e rápidas e, por fim, o aumento significativo de populações de baleias em algumas áreas costeiras - como resultado positivo de algumas medidas de proteção internacional tomadas a partir dos anos 1970 -, tudo isso levando à expectativas de gratificação de nossos desejos de novas experiências nos mares (CORKERON, 2004).

Entretanto, discute que enquanto o turismo de observação de baleias (*WW* – de *Whale Watching*, em inglês) pode ser considerado uma forma de Ecoturismo, desde que gera benefícios econômicos sem degradação ambiental, também causa impactos no curto prazo sobre o comportamento desses animais, e questiona se esses impactos de curto de prazo poderiam gerar consequências de longo prazo (CORKERON, 2004).

Ruídos antropogênicos são a principal causa de impactos de curto prazo, enquanto aqueles produzidos pela extração de hidrocarbonetos no mar (petróleo) e atividades industriais já se provaram causadores de mudanças de uso de habitat sobre as baleias da Groenlândia (SCHICK; URBAN 2000).

O pensamento corrente, à época, estaria mais interessado em detectar efeitos “biologicamente significantes”, ou seja, a nível de população. E sugere que, dadas tantas outras influências conhecidas sobre as populações de baleias - como as da pesca que ele discute mais adiante em seu artigo - seria bastante improvável que o *WW* estivesse causando impactos negativos, biologicamente significantes, sobre as populações de baleias ao redor do mundo. No cenário de preocupações sobre a conservação das baleias – mortes por enredamentos, diminuição dos estoques de presas por pressão de pesca, poluição física, química e acústica, caça deliberada entre outras – os efeitos do *WW* seriam bem triviais (CORKERON, 2004).

Entretanto, a Comissão Internacional Baleeira (IWC - *International Whaling Commission*) reportou, por meio de seu relatório de 2021, que após cinco décadas de pesquisas consistentes sobre os cetáceos do grupo Mysticetos, nenhum impacto prejudicial de longo prazo, relacionado às atividades de observação de baleias, foi relatado na literatura. De fato, várias populações desses animais, sujeitas às atividades de *WW*, algumas vezes intensas, apresentam evidências de recuperação consistente após a depleção severa causada pela caça às baleias no passado (IWC, 2021).

Por outro lado, O'Connor (2009) identifica quatro argumentos utilizados pelas ONGs para justificar seu apoio ao *WW*: a observação e contemplação gera conservação; embarcações de turismo são plataformas de oportunidades para a pesquisa e o conhecimento científico; o avistamento de animais em ambientes selvagens é mais atrativo do que em cativeiro; e, por fim, a atividade de *WW* não é compatível com a caça de

baleias, e se apresenta como uma alternativa econômica mais promissora (O'CONNOR et al., 2009, p. 19).

As sociedades, hoje em dia, ganham mais com o *WW* do que com a caça às baleias, desde que o turismo de observação de baleias se transformou de uma indústria incipiente em um negócio internacional de larga escala (HOYT; HVENEGAARD, 2002).

As grandes baleias desenvolveram valores icônicos para o movimento da conservação a partir dos anos 1970, pois o colapso de várias espécies demonstrou a extensão da capacidade humana de destruir populações animais (HOYT; HVENEGAARD, 2002).

Nesse diapasão, Corkeron (2004) sugere que tais valores icônicos poderiam ser ressignificados no sentido de o *WW* ser utilizado para divulgar novas mensagens acerca da conservação de ecossistemas marinhos, e termina encaminhando uma reflexão: *pode ser que uma questão importante seja discutir onde o WW não deveria ocorrer*.

Refletindo sobre a iconografia dos grandes cetáceos, ao longo da história das relações de sociedades com baleias, Broekema et al. (2009) sugerem que a percepção mais popular acerca da pesquisa sobre cetáceos está centrada nos eventos estudados nos mares, por meio da busca e observação direta desses animais em seus ambientes naturais. Mas chamam a atenção para o fato de que essa centralidade passa ao largo da relevância das pesquisas de gabinete (laboratoriais, bibliográficas etc.) que são básicas e fundamentais para as pesquisas de campo.

E ressaltam que, no passado, mesmo nos tempos clássicos, os mamíferos marinhos não eram apenas importantes apenas como animais para o estudo da natureza, mas também objetos de adoração e folclore. Ressaltam que tanto estudos históricos (estudos *feitos* no passado) como estudos historiográficos (estudos *sobre* o passado) têm semelhante importância para o entendimento pleno das pesquisas no presente – e, por consequência, das construções iconográficas resultantes (BROEKEMA et al., 2009).

Ratificam seu argumento com exemplos que vão desde os petróglifos na Noruega, passando pelos afrescos na Creta, até as várias fábulas mediterrâneas da antiga Grécia, para ressaltar a importância das culturas para o conhecimento dos mamíferos marinhos no passado, por meio de histórias que foram recontadas por inúmeros estudiosos desde os tempos de Aristóteles, e que nos contam sobre os habitantes daquelas regiões há mais de dois mil anos (BROEKEMA et al., 2009).

Para que o alcance da mensagem iconográfica das baleias seja mais amplo, os autores destacam a relevância de se promover a disseminação de resultados de pesquisa científica sobre esses animais, tanto *de* como *para* sociedades que não têm o inglês como língua primária e/ou secundária. Pensando no futuro, os autores ressaltam a importância da pesquisa sobre/para a conservação dos cetáceos, desde que as pressões sobre os ambientes marinhos são crescentes, em especial em tempos de mudanças climáticas (BROEKEMA et al., 2009).

Mamíferos marinhos podem sofrer ou tirar vantagens de mudanças ambientais e climáticas, mas podem também ser considerados como espécies indicadoras sobre tais mudanças; resta-nos aprender um pouco mais sobre essas searas. Por fim, concluem que, para além das pesquisas realizadas sobre o presente, estudos sobre o passado e previsões e estimativas sobre o futuro devem ser levadas a cabo para apresentação na literatura científica sobre mamíferos marinhos (BROEKEMA et al., 2009).

O Governo da Austrália, já em 2009, por meio de seu Departamento de Meio Ambiente, Águas, Heranças e Artes, no relatório intitulado “Resumo Global dos Cetáceos, Conservação e Valores”, lança luz sobre os valores que as pessoas associam aos cetáceos e sua conservação, e chama atenção para o fato que esses valores podem ser traduzidos, de forma direta, em termos econômicos, sem comprometer a conservação dessas criaturas míticas (AUSTRALIAN GOVERNMENT, 2009).

O Relatório também aponta que o turismo de observação de baleias se aproveitou do encanto humano por essas criaturas e que, no seu processo de desenvolvimento, tem criado uma indústria multibilionária que promove o aumento da conscientização global e melhoras na conservação dos cetáceos (AUSTRALIAN GOVERNMENT, 2009 p.03). Isto parece ser ainda mais notável nos dias de hoje.

Assim, em 2009, 100 milhões de pessoas de países desenvolvidos já haviam tido alguma experiência com a observação de baleias, enquanto o crescimento desse total era estimado em permanecer na casa dos 10 milhões de pessoas por ano, nos próximos 20 anos (AUSTRALIAN GOVERNMENT, 2009 p. 5).

Enquanto os países desenvolvidos ainda desempenhavam papel preponderante nesse importante setor do turismo, em franco crescimento, o Relatório apontava o potencial para o crescimento de oportunidades de desenvolvimento sustentável nos países em desenvolvimento, uma vez que as condições objetivas adequadas estivessem dadas. Dessa forma, se pareadas com medidas apropriadas de regulação e manejo (gestão), atividades de observação de baleias podem gerar benefícios socioeconômicos substantivos para economias locais e regionais, benefícios estes que só aumentariam com o tempo.

Os benefícios do turismo de observação de baleias transcendem aqueles expressos em valores de mercado, pois promovem: (i) aumento da conscientização e sensibilização do público geral, (ii) melhorias no conhecimento científico sobre os cetáceos, e (iii) o surgimento de incentivos econômicos para a conservação de ecossistemas marinhos e costeiros (AUSTRALIAN GOVERNMENT, 2009 p.05).

Syneca Consulting (2009), em seu relatório apresentado ao Departamento de Meio Ambiente, Águas, Heranças e Artes do Governo da Austrália, intitulado “Valores socioeconômicos da conservação de cetáceos” defende a realização de mais estudos de valoração econômica sobre os cetáceos, uma vez que um melhor entendimento das razões pelas quais observadores de baleias tomam suas decisões sobre quando e onde ir atrás desses animais pode auxiliar operadores turísticos bem como governos a alocarem seus esforços de forma mais eficiente.

Esses estudos são levados a cabo para entender a importância do WW em atrair visitantes para uma região e como as comunidades destino se beneficiam com os gastos que podem ser associados às atividades turísticas de observação de baleias (SYNECA CONSULTING, 2009).

A importância do WW como atividade geradora de benefícios econômicos significantes foi ressaltada também por Parsons (2012) em seu artigo de revisão sobre os eventuais malefícios da prática. O autor revela que o WW é a maior atividade econômica relacionada aos cetáceos no mundo, gerando mais de US\$ 2 bilhões por ano e empregando 13 mil pessoas em 119 países à época.

O autor discute eventuais impactos negativos da atividade sobre as espécies alvo, como mudanças de hábitos biologicamente importantes como alimentação e descanso, bem como alguns impactos que podem se elevar ao nível de populações, como diminuição nas taxas reprodutivas. Não obstante, o próprio Parsons (2012) aponta para alternativas de superação desses desafios e destaca a relevância do estabelecimento de normas rígidas, mas claras, para facilitar o entendimento e o *compliance* de operadores e turistas, bem como a definição de áreas estratégicas onde o WW não poderia ser realizado e, assim, protegendo sítios de especial importância biológica, *i. e.*, locais de alimentação e reprodução. Essa perspectiva corrobora aquela apresentada por Corkeron (2004).

No mesmo artigo, Parsons (2012) identifica alguns países em desenvolvimento onde a atividade de WW está em franco crescimento como a China, Camboja, Laos, Nicarágua e Panamá e, apesar de atestar que existe potencial para crescimento considerável em outros países em desenvolvimento, o nome do Brasil não aparece no texto.

Por outro lado, o artigo ratifica a importância, nesses países, de se perceber os cetáceos como recursos econômicos significativos, o que colabora com a sua conservação, desde que perdas diretas (caça e/ou abate) ou indiretas (colisões com embarcações e/ou emalhes acidentais) passam a ser percebidas como remoção de valiosos recursos turísticos. Mais além, o autor destaca outros benefícios intangíveis do WW, como ser benéfico para a educação, e promover uma noção ética nos turistas *observadores de baleias* (PARSONS, 2012).

Silva (2015), estudando os impactos ao nível de comunidades, ou seja, aqueles impactos que se fazem sentir diretamente nas comunidades e localidades onde as operações de WW se desenvolvem, destaca quatro campos de implicações mais notáveis: a governança sobre o uso e conservação dos recursos costeiro marinhos *comuns*; bem como as contribuições do turismo, no que tange a sustentabilidade econômica, a construção de identidades culturais e de relações sociais (SILVA, 2015).

O autor corrobora informações já exploradas neste texto acerca da importância da atividade do turismo de observação de baleias em nível global e, realizando sua revisão de literatura, sintetiza que o número de turistas em países envolvidos aumentou, respectivamente, de 4 milhões e 31 em 1991, para 9 milhões e 87 em 1998, enquanto o número de comunidades oferecendo oportunidades de WW aumentou de 295 em 1994, para 492 em

1998 e resume que, para 2008 os números foram de 13 milhões de turistas e 119 países (SILVA, 2015. p.1).

O autor reconhece que pesquisas acerca dos benefícios econômicos às comunidades locais, onde as atividades de *WW* são desenvolvidas, ainda estão em sua infância, mas reconhece que o assunto já gera polêmica, uma vez que vários autores e organizações de pesquisa e defesa ambiental defendem que a atividade gera uma série de benefícios a essas comunidades como crescimento da renda por meio da criação de novos postos de trabalho e oportunidades de negócios nas atividades relacionadas ao turismo, uma noção de identidade e orgulho local (e.g. HOYT, 2001; HOYT; HVENEGAARD, 2002; IFAW, 1999; O'CONNOR et al., 2009; ORAMS, 2001, 2002; PARSONS et al., 2003; WILSON; TISDELL, 2003; WWF, 2003).

Enquanto outros estudos apontam para uma frustração no cumprimento das promessas de benefícios econômicos às comunidades locais, aliada à ocorrência de vários outros impactos sociais, alguns deles trazendo consigo efeitos deletérios (MOYLE; EVANS, 2008; NEVES-GRAÇA, 2004, 2006, 2010; RIS, 1993; QUIROS, 2005).

Silva (2015) vai mais além ressaltando que também há debates vivos entre as perspectivas de se o *WW* deve continuar sendo um turismo de elite, para alguns cidadãos mais abastados apenas, ou deveria se tornar turismo de massa, dando mais oportunidades a mais famílias de experienciarem a observação de baleias e, por consequência, gerarem mais benefícios econômicos, renda e trabalho para um maior número de pessoas, os locais.

Não obstante haver espaço para debates sobre se a atividade de *WW* é ou não benéfica para as comunidades e economias locais onde é realizada, a literatura mostra fartas evidências de impactos econômicos positivos gerados pelo crescimento do turismo de observação de baleias (cetáceos) no mundo e na América Latina.

Cisneros-Montemayor et al. (2010a) reportaram rendimentos de US\$ 15,6 milhões para a África, US\$ 46,7 milhões para a Ásia, US\$ 27,5 milhões para a América do Sul e US\$ 0,3 milhão para a Oceania, lançando luz sobre o potencial econômico da indústria do turismo de *WW*.

Castro et al. (2015) estimaram um total anual de US\$ 2.812.670,00, entre gastos diretos e indiretos de turistas participando de *WW* no Parque Nacional *Machalilla*, em Puerto Lopez.

Guidino et al. (2020) calcularam gastos totais da ordem de US\$ 3.246.006,00 que impactaram a economia local no norte do Peru, em um estudo realizado com a aplicação de 199 questionários. Em seu estudo, os autores utilizaram *proxies* de gasto diretos e indiretos que somaram, respectivamente, US\$ 394.306,00 e US\$ 754.885,00 para o que chamaram de turista icônico e que, multiplicados pelo período médio de estadia somaram os mais de US\$ 3 milhões supra.

Chami et al. (2020) estimaram valores presentes líquidos totais, para uma série de 100 anos, da ordem de US\$ 52,2 bilhões para os fluxos econômicos induzidos pelas baleias jubartes que frequentam o litoral brasileiro. Isto, a partir de fluxos anuais atuais da ordem de US\$ 250 milhões

derivados da captura de carbono pelo fitoplâncton, provocados pelas atividades desses animais, e mais US\$ 40,8 milhões para aqueles derivados do aumento induzido na pesca, e outros US\$ 12,5 milhões em valores relacionados aos estoques corporais de carbono nas jubarte brasileiras. Os valores atuais do fluxo econômico anual gerado apenas pelo ecoturismo associado às jubartes no Brasil foi estimado em US\$ 54,5 milhões (CHAMI et al, 2020).

Os autores também destacam as baleias como um caso interessante para a valoração econômica, pois elas produzem essa variedade de serviços aos quais valores de mercado podem ser atribuídos, incluindo alguns que pesquisas recentes auxiliaram a quantificar. Por fim, os autores estimaram o valor presente líquido de cada indivíduo de baleia Jubarte que frequenta a costa brasileira em US\$ 2 milhões (CHAMI et al, 2020).

Impactos econômicos da observação de baleias no mundo

Historicamente, os cetáceos eram cultural e economicamente importantes por seus subprodutos: óleo, ossos, dentes e carne. No entanto, no final do século 20, esses produtos foram substituídos por alternativas prontamente disponíveis. A crescente consciência e a apropriação do valor econômico e ecológico dos cetáceos fizeram com que a observação de baleias e golfinhos seja um dos setores de turismo em crescimento no mundo. Quando os animais são avaliados como mercadorias, seu valor pode ser facilmente estimado. No entanto, quando são apreciados pela sua existência ou contribuição para ecossistemas saudáveis ou para a sociedade, estimar o seu valor torna-se mais difícil e passível de debate (HARRISON et al., 2009).

Uma estimativa de referência do valor de mercado dos serviços de observação de baleias pode ser obtida a partir dos gastos diretos e indiretos com observação de baleias em todo o mundo. O Fundo Internacional para o Bem-Estar Animal estimou que os passeios de observação de baleias geraram US\$ 2,1 bilhões em despesas em 2008, incluindo vendas diretas de ingressos e despesas indiretas geradas pela observação de baleias (CHAMI et al., 2020). Estima-se que a indústria global de observação de baleias poderia gerar até US\$ 2,5 bilhões por ano se totalmente desenvolvida (CISNEROS-MONTEMAYOR et al., 2010b).

Na ausência da observação de baleias, os gastos dos visitantes em Hervey Bay (Austrália) seriam reduzidos em cerca de US\$ 7,1 a US\$ 12,6 milhões por ano, incluindo gastos com alimentação, transporte e acomodação. Na Península Baja (México), em 2006, estimou-se que os operadores de observação de baleias obtiveram coletivamente receitas de US\$ 2 milhões e que os fornecedores locais de alimentação, acomodação e outros serviços relacionados ao turismo obtiveram outros US\$ 21 milhões. Isso pode ser atribuído à atividade turística adicional que as baleias atraem para a região (HARRISON et al., 2009).

A receita bruta total gerada (direta e indiretamente) pelo turismo relacionado a cetáceos na zona rural do oeste da Escócia foi estimada em US\$ 13 milhões. Em algumas áreas rurais, fornece até 12% da receita

turística local e é a principal indústria e empregadora nas áreas rurais (PARSONS et al., 2003).

A observação de baleias na Islândia se expandiu junto com o turismo, hoje o maior setor econômico do país. Multiplicado pelo custo médio de um passeio de observação de baleias, atualmente em torno de US\$ 90, a indústria islandesa de observação de baleias gera cerca de 33 milhões de dólares por ano em receita direta. Quando pesquisada a disposição a pagar dos islandeses para expandir o santuário de baleias em toda a extensão da Baía de Faxaflói, verificou-se que 29,7% dos entrevistados possuíam preferências claramente definidas, expressando disposição a pagar positiva, o que geraria um valor de 10,9 milhões de dólares quando multiplicado pelo número de contribuintes (MALINAUSKAITE et al., 2020).

Dempster (2009) agrupou alguns estudos de valoração do turismo de observação de baleias, demonstrando que em Kaikoura entre 1988 e 1991, 44 novos negócios foram adicionados à comunidade e 30 novas acomodações. As taxas de ocupação aumentaram de 55% para 75%. Em 1996, 25% de todos os empregos em Kaikoura estavam diretamente relacionados ao turismo. Em 1998, mais de 100 novos negócios foram iniciados na cidade. Já em Tonga o turismo emprega 5-10% da força de trabalho. A observação de baleias se destaca no marketing do turismo de Tonga e estima-se que cerca de 16% dos visitantes se envolvam na observação de baleias. O preço médio da viagem é de cerca de US\$ 100. A receita total que seria perdida na ausência da observação de baleias é estimada em US\$ 1,1 milhão por ano, incluindo gastos associados dos visitantes com acomodação, alimentação, transporte local, lembranças e afins.

Castro et al. (2015) estimaram em US\$ 2.812.670,00 os gastos totais anuais, entre gastos diretos e indiretos, de turistas participando de observação de baleias no Parque Nacional Machalilla, em Puerto Lopez.

Guidino et al. (2020) calcularam gastos totais da ordem de US\$ 3.246.006,00 que impactaram a economia local no norte do Peru, em um estudo realizado com a aplicação de 199 questionários.

Algumas limitações dessas investigações é que elas não fornecem informações sobre onde estão os gastos do turismo de observação de baleias ou os níveis de vazamento do turismo. Apesar dessas restrições, esses dados são essenciais para o desenvolvimento de uma compreensão econômica da indústria. Avaliações semelhantes precisam ser continuadas regularmente se as alegações de que a indústria apoia a população local e costeira deve ser informada e avaliada (RASCHKE, 2017).

Não obstante, Chami et al (2020) defendem que existem vários agentes econômicos que se utilizam das informações da economia ambiental, como essas advindas da aplicação de métodos de valoração econômica, para subsidiar a tomada de decisão em torno da alocação mais eficiente de recursos, tais como indivíduos, empreendedores e gestores públicos, e que um dos aspectos chave nesse âmbito é a habilidade da informação produzida de incentivar ou motivar as pessoas à tomada de ação (CHAMI et al., 2020).

Material e Métodos

Área de estudo

O município Mata de São João possui 42.566 habitantes (IBGE, 2022) e abriga locais como a Praia do Forte, um balneário brasileiro situado no distrito homônimo, a uma distância de 57 quilômetros da capital da Bahia, Salvador. Ainda, Aruá, Diogo, Santo Antônio, Imbassaí e Sauípe (Figura 1).

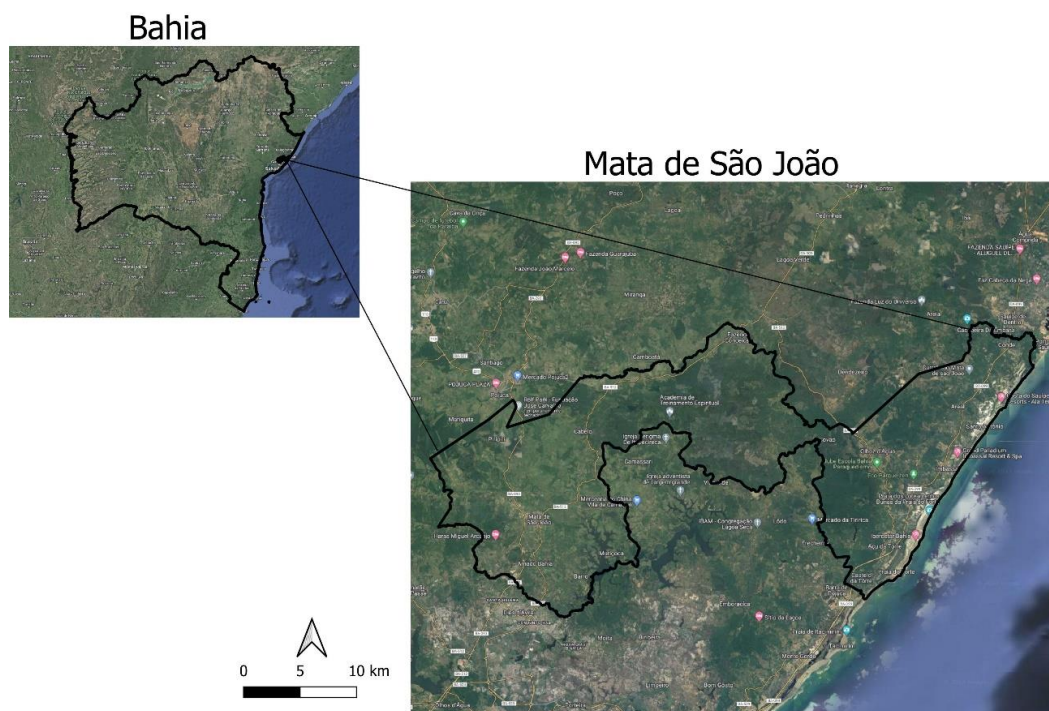


Figura 1. Localização do Município de Mata de São João (BA)

Figure 1. Location of the Municipality of Mata de São João (BA, Brazil)

Fonte: Elaboração própria com base em IBGE, 2022.

Source: Own elaboration based on IBGE, 2022.

A Praia do Forte é amplamente reconhecida como *shopping* ao ar livre, oferecendo uma abundância de belezas naturais em virtude de sua notável biodiversidade (MATTOS, 2010).

A população de Mata de São João está distribuída espacialmente de forma heterogênea, com grandes vazios espaciais e três áreas distintas: a área urbana na sede do município, a área rural e o litoral. No litoral se encontram além dos hotéis, pousadas e resorts, os domicílios utilizados como residência secundária, construídos geralmente em luxuosos condomínios fechados (DE SOUZA; BRAGA, 2005).

A economia do município é representada pela produção de orgânicos, atividade pecuária com a criação de bovinos, caprinos e equinos e a indústria do turismo. O setor turístico representa a maior atividade econômica devido ao extenso litoral que se estende da Praia do Forte a Sauípe, através de 28 km de praias. As Praias do Forte, Imbassaí, Diogo e Costa do Sauípe são aquelas com maior fluxo turístico, devido à simplicidade dos vilarejos e uma rede hoteleira sofisticada (SANTOS; GOMES; LOPES, 2017).

Coleta de dados

O método custo de viagem (MCV) é a metodologia de valoração econômica utilizada a mais tempo e aplicada, em especial, a patrimônios naturais de visitação pública, o caso das baleias Jubarte na Praia do Forte/BA. O método deriva os benefícios econômicos atribuídos pela população a um patrimônio natural a partir dos gastos efetivos dos visitantes para se deslocar até o local, o que inclui transporte, ingresso do passeio (taxa de entrada), hospedagem, alimentação, entre outros gastos complementares.

As estimativas econômicas do MCV referem-se a valores de uso direto dos serviços prestados pelo patrimônio natural, já que somente as disposições a pagar dos visitantes são consideradas (MAIA, A. G. 2008).

A Praia do Forte recebe, diariamente durante a temporada de baleias, inúmeros turistas de diversas partes do país e até do mundo, o que também facilitou e reduziu os custos da aplicação e captação dos questionários da pesquisa, dando mais validade e confiança às estimativas.

A temporada de observação de baleias na área de estudo se estende do início do inverno até meados da primavera, ou seja, mais ou menos de junho a outubro de cada ano. Para a realização deste estudo foi planejado uma coleta de dados que, por sua vez, se estendeu de meados de julho ao final de outubro de 2023.

Foi elaborado um questionário padrão que, após alguns testes, discussões e adequações por parte da equipe técnica, foi definido e iniciado sua aplicação em 18 de julho de 2023, na tentativa de se realizar uma coleta contínua, sempre que houvesse saída da embarcação, contando com, pelo menos, um estagiário do Projeto Baleia Jubarte na sua aplicação, transporte e organização.

No total foram aplicados 128 questionários, sendo que o último data do dia 10 de outubro de 2023.

Desse total, 11 questionários não puderam ser utilizados para fins das análises iniciais pelas seguintes razões: 3 por falta do “número de pessoas no grupo”; 4 pelo fato de o respondente ter indicado que contratou pacote de turismo, mas não completou o valor total gasto no questionário; e outros 4 por terem sido respondidos por residentes locais.

Para calcular o impacto econômico do turismo, algumas informações são fundamentais e precisam estar claramente declaradas nos questionários. Dessa forma, aqueles questionários onde consta que houve contratação de pacote de turismo, mas não há o valor desse pacote, não podem ser calculados para os gastos, assim como os questionários em que falta o número de pessoas no grupo de viagem, pois inviabiliza o cálculo do gasto por pessoa. Ainda, os moradores não devem ser contabilizados, pois se trata de uma pesquisa para calcular o impacto do turismo, ou seja, de pessoas que visitam a região. Portanto, aqueles 11 questionários foram inutilizados para o cálculo do impacto econômico do turismo, mas podem ser considerados para as demais informações qualitativas, como por exemplo, local de origem, onde está hospedado, entre outras.

Método de cálculo

Valorar significa estimar a variação do bem-estar das pessoas devido a mudanças na quantidade ou qualidade de bens e serviços ambientais, seja na apropriação para uso ou não. Imputar valor aos recursos ambientais se traduz, portanto, na melhor forma de calcular o valor em unidades monetárias das perdas ou dos ganhos da sociedade diante da variação do recurso. A qualidade da valoração ambiental depende do conhecimento da dinâmica ecossistêmica em termos físicos e naturais, e a ausência desse conhecimento dificulta o cálculo econômico dos benefícios, por mais evidente que seja a intuição acerca de sua importância (YOUNG; MEDEIROS, 2018).

Uma forma simples, mas rigorosa, de estimar o impacto da demanda ocasionada pelas atividades de visitação na economia local, derivada e aperfeiçoada a partir do método de custos de viagem, que considera o efeito multiplicador do gasto, foi apresentada por Stynes et al. (2000) através do modelo *Money Generation Model* (MGM). Nesse modelo, o impacto econômico da visitação é obtido pelo produto da multiplicação do número de visitantes pela média de gastos por visitantes e pelo multiplicador da economia local.

Impacto econômico = número de visitantes x média de gastos por visitante x multiplicador.

Para isso, é necessário expressar os valores da equação acima, adaptados para a realidade brasileira, através dos seguintes procedimentos:

- Número de visitantes, informação usualmente fornecida pelo órgão gestor. Essa informação costuma ser apresentada de forma agregada, sem separar por origem do visitante, incluindo tanto turistas quanto visitantes locais.
- Estimativa dos gastos dos visitantes em itens como transporte, alimentação e hospedagem entre outros.
- Multiplicador do gasto, que se refere ao aumento da renda induzido pela expansão de consumo pessoal quando turistas efetuam gastos relacionados à visitação.

Não existe um valor único para estimativas do multiplicador, e sua dimensão depende de hipóteses referentes ao alcance da cadeia produtiva pretendida, especialmente sobre como se modela os gastos indiretos.

Dessa forma, pode-se dizer que a contribuição econômica associada à visitação deve considerar não apenas os gastos diretos dos visitantes, mas todo seu efeito multiplicador sobre a economia local, já que “o gasto efetuado pelo visitante representa um aumento do poder de compra do agente econômico local, que por sua vez, efetuará também gastos na aquisição de bens ou serviços produzidos na região, gerando uma “onda” (impacto multiplicador) na demanda efetiva da economia local” (YOUNG et al., 2015, p.12). Essa relação de encadeamento de sucessivas ondas de demanda ocasionadas pelo aumento inicial de gasto (no caso, dos visitantes observadores de baleia) é conhecida como o multiplicador da renda e do emprego.

O tamanho do multiplicador depende de hipóteses sobre como agentes econômicos reagem diante de uma expansão da renda. O Multiplicador Tipo 1 é o mais tradicional (e conservador) e considera apenas os efeitos dos gastos diretos e indiretos, sem considerar o efeito do aumento da renda. Trata-se de um valor mais baixo do que o obtido pelo Multiplicador Tipo 2, que considera também o efeito renda, ocasionado pelo maior consumo induzido pela expansão das remunerações do pessoal que foi ocupado nas atividades relacionadas aos gastos dos visitantes e seu impacto em toda cadeia produtiva.

O impacto econômico pode ser calculado baseado no *Money Generation Model 2* (MGM2), metodologia consolidada que vem sendo utilizada pelo *National Park Service* (EUA) desde 2000, desenvolvida originalmente por Dr. Daniel Stynes na Universidade Estadual de Michigan (STYNES et al., 2000) e adaptada para o Brasil a partir da Matriz Insumo-Produto (MIP). Dessa forma, utilizou-se a Matriz Insumo-Produto (MIP) para calcular o multiplicador econômico necessário à aplicação da metodologia Money Generation Model (MGM) de Stynes (2001).

A MIP construída por Guilhoto e Sesso (2005, 2010), e atualizada com base em NEREUS (2021) permitiu analisar as inter-relações entre setores da economia local, capturando os efeitos diretos, indiretos e induzidos dos gastos turísticos. Com base nos dados da matriz, determinou-se como os gastos iniciais, como despesas com hospedagem, alimentação e transporte, geram impactos adicionais ao longo da cadeia produtiva, devido às compras intersetoriais e ao consumo das famílias que recebem renda oriunda dessas atividades. Esse multiplicador econômico, derivado da MIP, foi então integrado à metodologia MGM para transformar os gastos diretos em estimativas do impacto total, oferecendo uma visão abrangente da contribuição econômica do turismo para a região analisada.

A Matriz Insumo Produto (MIP) também pode ser utilizada para calcular o número de ocupações geradas pelo turismo, pois utiliza-se um coeficiente fixo de pessoas ocupadas em relação ao valor da produção de cada atividade, assim é possível estimar o número de empregos gerados em função das atividades turísticas relacionadas ao patrimônio natural em questão.

Ainda utilizando a Matriz Insumo Produto, é possível estimar a incidência dos impostos indiretos sobre a produção do turismo. Para isso, utiliza-se um coeficiente de impostos líquidos de subsídios de cada produto sobre o valor da produção. Por impostos indiretos considera-se ICMS, IPI, ISS, PIS e COFINS associados as transações, não se considera Imposto de Renda.

Resultados e Discussão

Turismo na Praia do Forte-BA

A construção da rodovia BA-099, conhecida como Estrada do Coco, durante a década de 1970, estabeleceu uma importante conexão entre Salvador e a Praia do Forte, situada em Mata de São João. Posteriormente, na década de 1990, ocorreu a sua ampliação, conhecida como Linha Verde,

que conectou o Estado da Bahia, desde a Praia do Forte até Mangue Seco, ao Estado de Sergipe. Esse empreendimento rodoviário desempenhou um papel significativo na ocupação do litoral metropolitano e norte do estado, impulsionando a expansão urbana e o desenvolvimento da região. Consequentemente, o processo de parcelamento de terras na área foi intensificado, visando o uso residencial sazonal, especialmente por famílias de renda média e alta provenientes de Salvador, bem como por estrangeiros. Além disso, esse contexto estimulou o crescimento do setor turístico, resultando na construção de hotéis, *flats*, pousadas e grandes *resorts*, denominados megaempreendimentos (MACHADO; 2008; MAGALHÃES, 2015).

O crescimento dos empreendimentos turísticos e residenciais tem provocado mudanças na estrutura econômica e ocupacional no Litoral Norte do Estado da Bahia. Ressaltam-se, ainda, os projetos Tamar, criado em 1980, e o Instituto Baleia Jubarte, instituído em 1988, ambos localizados na Praia do Forte, que funcionam como atrativos turísticos ecológicos para essa área (SANTANA; SILVA; GUIDICE, 2020).

No ano de 2019, o município de Mata de São João possuía 242 estabelecimentos com atividades diretamente relacionadas ao turismo, com 6.637 pessoas ocupadas nessas atividades (Tabela 1).

Tabela 1. Relação de atividades relacionadas ao turismo em Mata de São João-BA
Table1. List of tourism-related activities in Mata de São João-BA

Atividades Característica do Turismo	Número de estabelecimentos	Número de ocupações
Alojamento	82	5.867
Alimentação	123	618
Transporte Terrestre	10	50
Aluguel de Transportes	4	3
Agência de Viagem	21	97
Cultura e Lazer	2	2

Fonte: IPEA, 2021.

Source: IPEA, 2021

A baixa dinâmica econômica na região de Mata de São João é um fato e o dinamismo trazido pelo turismo está bem localizado na rede urbana da orla, nas vilas de: Praia do Forte, a primeira a ser impactada com essa atividade, Imbassaí, também já bastante integrada, e Diogo que tem menor integração devido sua localização mais distante em relação ao mar (SANTOS PEREIRA, 2008).

Ao longo das décadas de 1990 e 2000, Praia do Forte consolida sua posição, como o principal destino do estado da Bahia. A localidade passou por uma completa reestruturação espacial, com a urbanização da antiga vila de pescadores e a implantação de condomínios residenciais direcionados a um público de elevado poder aquisitivo. Imbassaí também teve sua configuração socioespacial completamente alterada com a ampliação das pousadas e dos estabelecimentos comerciais e de serviço, voltando-se

basicamente para a atividade turística em detrimento da atividade agrícola e, mesmo, residencial. Na década de 2000, começam a convergir para essa porção do território baiano grandes grupos estrangeiros, sobretudo portugueses e espanhóis, numa estratégia adotada para a ampliação de mercado diante da saturação e das exigências dos destinos europeus (MURICY, 2009).

Muitas pessoas acreditam que os empreendimentos implementados e o setor do turismo, de maneira geral, têm contribuído para o desenvolvimento da região. Essas opiniões são fundamentadas em diversos argumentos principais: o dinamismo econômico promovido pela criação de vários empreendimentos comerciais e de serviços, a consequente geração de empregos e o aumento do fluxo turístico, que consolida destinos antigos (como a Praia do Forte) e dá origem a novos destinos e produtos turísticos. Além disso, a instalação e melhoria da infraestrutura urbana e dos serviços básicos, tais como vias de acesso e abastecimento de água, também são consideradas vantagens desses empreendimentos e do turismo em geral (MURICY, 2009).

A Praia do Forte se tornou um importante destino para observação de baleias e essa atividade tem apresentado o crescimento rápido nos últimos anos. Com o aumento de visitantes previsto para os próximos anos, é bastante provável que haja um aumento na demanda pela observação de baleias. De acordo com os dados fornecidos pelas empresas de observação de baleias, foram realizados 284 passeios de observação de baleias, com 3.117 turistas durante a temporada de baleias jubarte de 2015 (FERNANDES; ROSSI-SANTOS, 2018).

Caracterização dos entrevistados

Os questionários aplicados retornaram resultados que demonstram algumas características do turismo de observação de baleias na região da Mata de São João, como a origem dos turistas entrevistados. Os dados revelam uma diversidade nas origens dos participantes, com uma concentração significativa de turistas provenientes de São Paulo (37%) e Bahia (19%). Isso pode indicar uma atratividade específica da região para esses estados, destacando a necessidade de estratégias de promoção turística mais direcionadas.

A pesquisa evidencia uma participação equilibrada entre os gêneros, com uma leve predominância feminina (58%). Enquanto a faixa etária mais representativa é de 31 a 40 anos (32%).

A Praia do Forte é o local de hospedagem predominante, indicando sua forte associação com o passeio de observação de baleias (Figura 2). Esse *insight* pode orientar esforços para fortalecer a infraestrutura turística nessa área e promover alternativas menos exploradas.

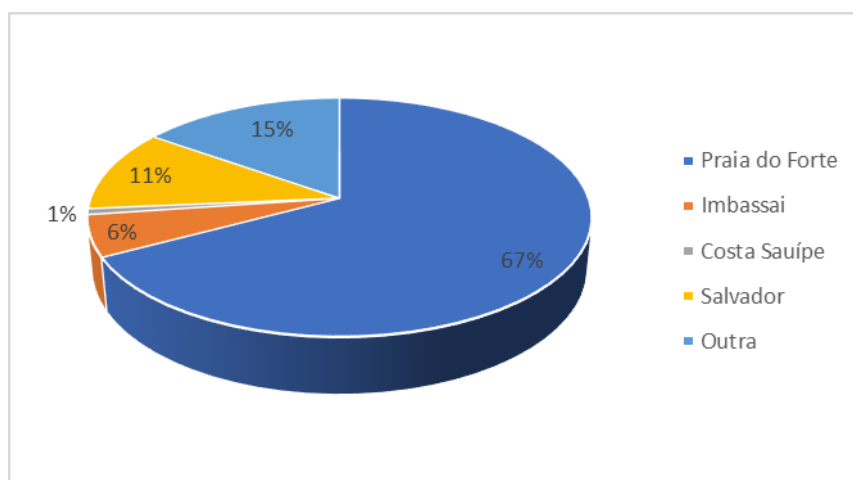


Figura 2. Local de hospedagem
Figure 2. Place of accommodation

Fonte: Elaboração própria.
Source: Own Elaboration

A maioria dos turistas viaja em família, com duração média de cinco dias para a visita. Em relação aos gastos diários, destaca-se que alimentação e hospedagem são os maiores custos individuais (Figura 3).

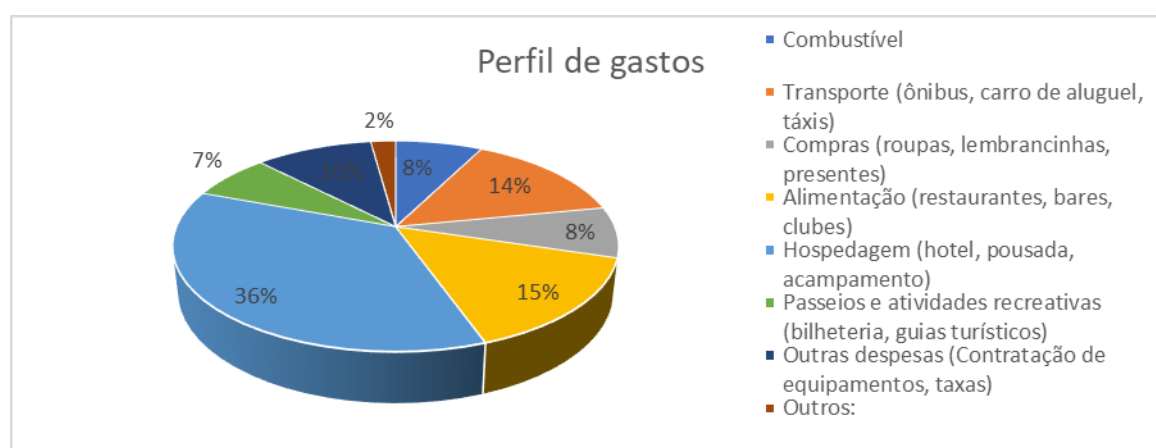


Figura 3. Perfil dos gastos dos visitantes
Figure 3. Visitor spending profile

Fonte: Elaboração própria.
Source: Own Elaboration

Compreender esses padrões de gastos pode auxiliar na precificação de pacotes turísticos e na promoção de serviços específicos. Ainda, foi possível, através da pesquisa, obter a média de gastos diários dos visitantes por cada setor de gastos (Figura 4).

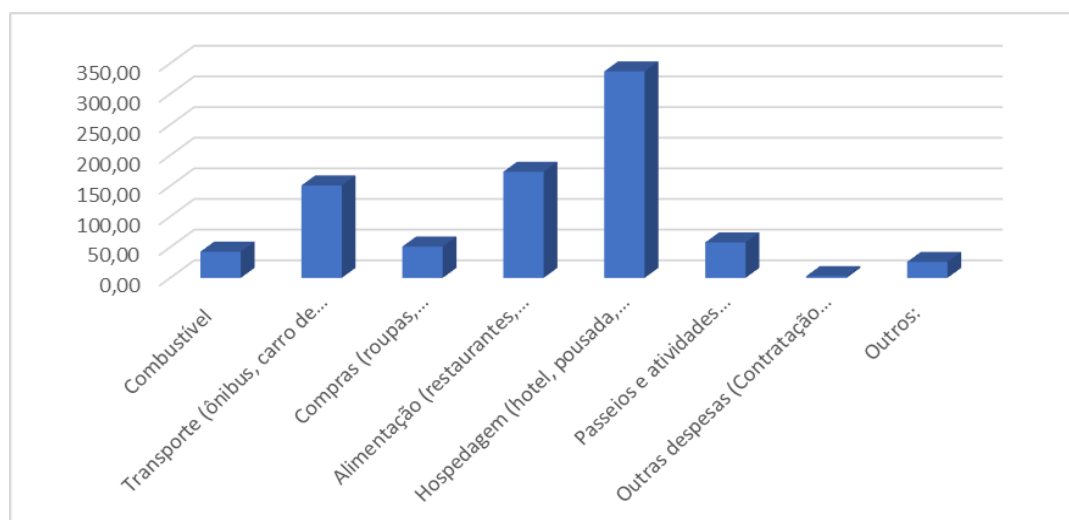


Figura 4. Média de gastos diários por pessoa

Figure 4. Average daily spending per person

Fonte: Elaboração própria.

Source: Own Elaboration.

Considerando os valores descritos pelos entrevistados, a média de gastos diários calculada por pessoa foi de R\$ 841,73. Ainda, a maioria dos participantes possui educação superior completa ou pós-graduação (85%), e a renda de aproximadamente 50% dos visitantes é acima de R\$ 10.400,00, o que pode justificar o nível de gasto diário relacionado ao turismo.

O custo médio da saída de barco para avistamento de baleias é de R\$ 266,00 por adulto. E quando questionados se estariam dispostos a realizar uma contribuição para conservação ambiental com foco nas baleias, 85% responderam que sim, desses, 54% contribuiriam uma única vez, enquanto 26% contribuiriam anualmente e 20% mensalmente.

Impacto econômico do turismo de observação de baleias na Praia do Forte, Bahia.

O turismo de observação de baleias na Praia do Forte, Bahia, recebeu, segundo o Projeto Baleia Jubarte (2023), mais de três mil visitantes no ano de 2023. Através do levantamento de gastos desses visitantes, que foi de R\$ 841,73 diários por pessoa, pode-se calcular o impacto econômico dessa visita na região. Considerando apenas os efeitos dos gastos diretos e indiretos, sem considerar o efeito do aumento da renda do turismo de baleias, observa-se um benefício um pouco menor (Impacto Local) do que quando também se considera o efeito renda (Impacto Regional) e seu impacto em toda cadeia produtiva (Tabela 2).

Tabela 2. Benefícios do turismo de observação de baleias na Praia do Forte

Table 2. Benefits of whale watching tourism in Praia do Forte

Categoria	Impacto Local	Impacto Regional
Impacto econômico da visitação	R\$ 4.488.314,2	R\$ 9.304.719
Ocupações diretas	85	122
Impostos indiretos	R\$ 416.566	R\$ 816.257

Fonte: Elaboração própria.

Source: Own elaboration.

Portanto, o impacto econômico da visitação para observação de baleias na Praia do Forte girou em torno de R\$4,4 milhões a R\$9,3 milhões, com uma geração de ocupações diretas a essa atividade entre 85 a 122 pessoas. Ainda, os impostos indiretos relacionados a atividade ficaram entre R\$416 mil a R\$816 mil.

Os multiplicadores deste cálculo foram 1,77 (impacto local) e 3,68 (impacto regional). Isso significa dizer que, quando está se considerando apenas os efeitos locais dos gastos dos visitantes, os gastos diretos e indiretos realizados por esses visitantes, a cada real gasto por eles, R\$1,77 adicionais estão sendo gerado. Quando se considera também os efeitos induzidos dos gastos dos visitantes, ou seja, quando se inclui o efeito do aumento de renda gerado por esses gastos, que induzirão novos gastos, verifica-se que para cada real gasto, outros R\$3,68 adicionais estão sendo gerados.

Tais valores, corroboram com os encontrados em estudos similares realizados em diversas partes do mundo, como já apresentado, e pode ser visto abaixo.

Considerações Finais

O turismo ecológico consegue gerar benefícios econômicos sem degradar o meio ambiente. Um exemplo disso é o turismo na Praia do Forte - BA para a observação de baleias. Verificou-se que essa atividade tem a capacidade de geração de renda, ocupações e tributos em função dos gastos dos visitantes, impulsionando a economia de toda a região, enquanto mantém as condições objetivas para que esses animais icônicos continuem frequentando suas áreas de escolha ecológica.

O turismo de avistamento de baleias tem grande potencial transformador na sociedade e na economia em que ele se realiza, pois gera oportunidades de emprego e renda, já que permite uma cadeia produtiva mais dinâmica.

Por outro lado, o presente estudo também corroborou argumentos em apoio ao turismo de observação de baleias, tais como: a observação e contemplação gera conservação; embarcações de turismo são plataformas de oportunidades para a pesquisa e o conhecimento científico, caso objetivo do Projeto Baleia Jubarte; o avistamento de animais em ambientes selvagens é mais atrativo do que em cativeiro; e, por fim, a atividade de WW não é compatível com a caça de baleias, e se apresenta como uma alternativa econômica mais promissora (sic), além de não causar impactos prejudiciais às populações de baleias que visitam a costa baiana.

Outro aspecto que chama a atenção no presente estudo, que não foi explorado em função de limitações de espaço e tempo, é a disposição a pagar evidente dos respondentes aos questionários para colaborar com a conservação das baleias Jubarte. Para além das implicações econômicas, percebe-se que a iconografia relacionada às baleias pode apresentar, por meio do turismo de observação, uma oportunidade para reforçar mensagens de conservação dos cetáceos e dos ambientes marinhos, bem como promover desenvolvimento econômico sustentável local.

Em resumo, a pesquisa revela *insights* valiosos para o desenvolvimento e aprimoramento do turismo na região, desde estratégias de marketing até o foco em sustentabilidade e conservação ambiental. Essas informações podem orientar decisões estratégicas para impulsionar o setor turístico e garantir uma experiência enriquecedora para os visitantes.

Referências

AUSTRALIAN GOVERNMENT. Department of the Environment, **Water, Heritage and the Arts**. Conservation and Values: global cetacean summary report, 2009.

BROEKEMA, J. W., SCHOKKENBROEK, J. C. A., GRAHAM j., PIERCE, G. J., and EVANS, P. G. H.. Marine mammals in time: past, present and future. **Journal of the Marine Biological Association of the United Kingdom**, v.89, n.5, pp.869–872, 2009.

CASTRO, C.; KAUFMAN, G.; HAMILTON, P. **Whalewatching growth and socioeconomic development of communities in the Machalilla National Park–Ecuador**. Report of the International Whaling Commission, SC/64/WW, 2015.

CHAMI, R., FULLENKAMP, C., BERZAGHI, F., ESPANOL-JIMÉNEZ, S., MARCONDES, M., PALAZZO, J. **On valuing nature-based solutions to climate change: a framework with application to elephants and whales**. Economic Research Initiatives at Duke (ERID), 2020.

CISNEROS-MONTEMAYOR, A.M., U.R. SUMAILA, U. R. A global estimate of benefits from ecosystem-based marine recreation: potential impacts and implications for management. **Journal of Bioeconomy** (2010) 12:245–268a.

CISNEROS-MONTEMAYOR, A.M., U.R. SUMAILA, K. KASCHNER, D. PAULY. The Global Potential for Whale Watching. **Marine Policy**, v.34, pp.1273 – 1278, 2010b.

CORKERON, P. J. Whale Watching, Iconography, and Marine Conservation. **Conservation Biology**, v.18, pp.847-849, 2004.

DE LA CRUZ-MODINO, R., COSENTINO, M. Conservation Hub: The Added Value of the Whale-Watching Industry. **Sustainability**, v.14, n.20, p.13471, 2022.

DE SOUZA, T. M. M.; BRAGA, T. M. Desenvolvimento via turismo: um enfoque sobre mitos e possibilidades a partir dos modelos adotados em Búzios, Guarapari e Mata de São João. **RDE-Revista de Desenvolvimento Econômico**, v.7, n.12, 2005.

DEMPSTER, P. **Socio-economic value of cetacean conservation**. Syneca consulting, 2009.

FERNANDES, L., ROSSI-SANTOS, M. R. **An Integrated Framework to Assess the Carrying Capacity of Humpback Whale-Watching Tourism in Praia do Forte, Northeastern Brazil In:** M.R. Rossi-Santos, C.W. Finkl. (Org.). Coastal Research Library. 1ed.Cham, Switzerland: Springer International Publishing, v. 22, 2018, p. 41-73.

GARCÍA-CEGARRA, A.M.; PACHECO, A.S. Whale-watching trips in Peru lead to increases in tourist knowledge, pro-conservation intentions and tourist concern for the impacts of whale-watching on humpback whales. *Aquat. Conserv. Mar. Freshw. Ecosyst.*, v.27, pp.1011–1020, 2017.

GUIDINO, I., CAMPBELL, E., ALCORTA, B., GONZALEZ, V., MANGEL, J. C., PACHECO, A. S., SILVA, S., & ALFARO-SHUGUETO, J. WHALE WATCHING IN NORTHERN PERU: AN ECONOMIC BOOM? **Tourism in Marine Environments**, v. 15, n. 1, pp. 1–10, 2020.

GUILHOTO, J. J. M.; SESSO FILHO, U. A. Estimação da Matriz Insumo-Produto Utilizando Dados Preliminares das Contas Nacionais: Aplicação e Análise de Indicadores Econômicos para o Brasil em 2005. **Economia & Tecnologia**. UFPR/TECPAR. Ano 6, v.23, 2010.

GUILHOTO, J. J. M.; SESSO FILHO, U. A. Estimação da Matriz Insumo-Produto a Partir de Dados Preliminares das Contas Nacionais. **Economia Aplicada**. v.9. n. 2. pp. 277-299, 2005.

HARRISON, P. L., BURNS, D., FURY, C. A., LUKER, G. O. **Conservation and values**: global cetacean summary report. Department of the Environment, Water, Heritage and the Arts, 2009.

HOYT, E. **Whale watching 2001**: worldwide tourism numbers, expenditures, and expanding socioeconomic benefits. International Fund for Animal Welfare, Yarmouth Port, Massachusetts.

HOYT, E.; HVENEGAARD, G.T. A review of whale watching and whaling with applications for the Caribbean. **Coastal Management**,v.30, pp.381-399, 2002.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades**. 2022. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/mata-de-sao-joao/historico>> Acesso em: 30/06/2023.

IFAW, International Fund For Animal Welfare. **Report of the Workshop on the Socioeconomic Aspects of Whale Watching**. Yarmouth Port, MA: International Fund for Animal Welfare, 1999.

IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Extrator de dados**. 2021 Disponível em: <<http://extrator.ipea.gov.br>> Acesso em 02 de jul. 2023.

IWC, International Whaling Commission. **Report of the Scientific Committee**: 2021. Cambridge: IWC, 2021. Disponível em: <<https://archive.iwc.int/pages/view.php?ref=19277&k=>>> Acesso em: 11/08/2024.

LOPEZ, G.; PEARSON, H.C. Can Whale Watching Be a Conduit for Spreading Educational and Conservation Messages? A Case Study in Juneau, Alaska. **Tour. Mar. Environ.**, v.12, pp.95–104, 2017.

MACHADO, C. N. **Turismo, direito ambiental e conflitos na produção do espaço**: o caso da Reserva Imbassai e seu entorno, na APA Litoral Norte da Bahia. 136 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2008.

MAGALHÃES, D. S. **Fragmentação e segregação sócio-espacial no processo de urbanização do litoral nordeste da Bahia**: os dois lados da rodovia BA-099 – “Estrada do Coco”. 332 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal da Bahia. Salvador., 2015.

MAIA, A. G., ROMEIRO, A. R. Validade e confiabilidade do método de custo de Viagem: um estudo aplicado ao parque nacional da serra geral. **Econ. aplic.**, São paulo, v. 12, n. 1, p. 103-123, 2008.

MALDONADO, A.; EDUARDO, A. S.; RIBEIRO, J. S. Valoração econômica ambiental como instrumento do planejamento ambiental. **Anais do I Encontro Internacional de Gestão, Desenvolvimento e Inovação**, Naviraí, v.14, 2017.

MALINAUSKAITE, L., COOK, D., DAVÍÐSDÓTTIR, B., ÖGMUNDARDÓTTIR, H., ROMAN, J. Willingness to pay for expansion of the whale sanctuary in Faxaflói Bay, Iceland: A contingent valuation study. **Ocean & Coastal Management**, v.183, p.105026, 2020.

MARQUES, J. F. **Valoração ambiental**. Embrapa Meio Ambiente. Jaguariúna, 2004. Disponível em: <https://www.agencia.cnptia.embrapa.br/recursos/Marques_valoracaoID-8c4EUMn3Bm.pdf> Acesso em: 02 nov. 2018.

MATTOS, S.M.C.D.S. Educação-Exclusão, Inclusão Social e Empreendedorismo: o Caso de Praia do Forte. **Anais do Congresso Iberoamericano de Educación**. Buenos Aires, 2010.

MOYLE, B.; EVANS, M. Social and economic impacts of whale-watching: A review. **Marine Policy**, v. 32, n. 6, pp.1061–1069, 2008.

MURICY, I. T. APA Litoral Norte: introdução e caminhos da pesquisa. Em: SEI, Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. Turismo e desenvolvimento na Área de Proteção Ambiental Litoral Norte (BA). **Série estudos e pesquisas**, v.82, Salvador: 2009. 334 p.

NEREUS, Núcleo de Economia Regional e Urbana da Universidade de São Paulo. **Sistema de Matrizes de Insumo-Produto, Brasil (2010-2018)**. 2021. Disponível em: <<http://www.usp.br/nereus/?dados=sistema-de-matrizes-de-insumo-produto-brasil-2010-2017>> Acess o em: 05 de mar. 2021.

NEVES-GRAÇA, K. Tourism, environmentalism and identity: Whale watching in the Azores. **Anthropological Journal of European Cultures**, v. 13, n. 1, pp. 63–82, 2004.

NEVES-GRAÇA, K. Locality, globality, and the practice of whale watching in the Azores. **Anthropological Quarterly**, v. 79, n. 2, pp. 203–232, 2006.

NEVES-GRAÇA, K. Managing whales in the Azores: Navigating science, tradition, and tourism. **Marine Policy**, v. 34, n. 4, pp. 1043–1051, 2010.

O’CONNOR, S.; CAMPBELL, R.; CORTEZ, H.; KNOWLES, T. **Whale Watching Worldwide**: Tourism Numbers, Expenditures and Expanding Economic Benefits; International Fund for Animal Welfare: Yarmouth Port, MA, USA, 2009.

ORAMS, M. B. From whale hunting to whale watching in Tonga: A sustainable future? **Journal of Sustainable Tourism**, v. 9, n. 2, pp. 128–146, 2001.

ORAMS, M. B. Humpback whales in Tonga: An economic resource for tourism. **Coastal Management**, v. 30, n. 4, pp. 361–380, 2002.

OULED-CHEIKH J., GIMÉNEZ J., VERBORGH P., JIMÉNEZ-TORRES C., GAUFFIER P., ESTEBAN R., de STEPHANIS R. 2023. The non-consumptive economic value of wildlife: the case of three cetacean species. **Sci. Mar.** v.87, n.4: p.e077.

PARSONS, E. C. M. The negative impacts of Whale-Watching. **Journal of Marine Biology**, v.2012, Article ID 807294, 9 pages.

PARSONS, E.C.M., WARBURTON, C.A., WOODS-BALLARD, A., HUGHES, A. JOHNSTON, P. The value of conserving whales: The impacts of cetacean-related tourism on the economy of rural West Scotland. **Aquatic Conservation**, v.13, pp.397–415, 2003.

PROJETO BALEIA JUBARTE. **Parceria com Museu Náutico da Bahia e Prefeitura de Salvador amplia acesso dos turistas às baleias**. 2023. Disponível em: <<https://shre.ink/bzhr>> Acesso em: 28/07/2024.

QUIROS, A. Whale shark “ecotourism” in the Philippines and its impacts on community sustainability. **Journal of Sustainable Tourism**, v. 13, n. 3, pp. 232–248, 2005.

RASCHKE, B. J. **Is whale watching a win-win for people and nature?** An analysis of the economic, environmental, and social impacts of whale watching in the Caribbean. 391f. (Dissertação). Filosofia. Universidade Estadual do Arizona, 2017.

RIS, M. Conflicts between whale-watching operators for resource use in the Strait of Gibraltar: Implications for conservation. **Marine Mammal Science**, v. 9, n. 1, pp. 59–71, 1993.

ROMEIRO, A. R. MAIA, A. G. **Avaliação de custos e benefícios ambientais**. Brasília: Cadernos ENAP, v.1, 2011. 51p.

SANTANA, M. D. O., SILVA, M. P., GUIDICE, D. S. O papel do turismo nas transformações espaciais no litoral da região metropolitana de salvador: o caso de Mata de São João. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, v.14, pp.68-88, 2020.

SANTOS PEREIRA, M. G. B. G. **Ordenamento do território, densidades hoteleiras e seus efeitos sobre a paisagem no Litoral Norte do estado da Bahia, trecho Forte-Sauípe**. 310f. (Dissertação). Gestão em Desenvolvimento Sustentável - Universidade de Brasília, 2008.

SANTOS, A. M.; GOMES, D. A. Q.; LOPES, E. R. N. Planejamento estratégico do turismo rural: caminhos para o desenvolvimento sustentável no Núcleo JK na Bahia. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v.10, n.1, 2017, pp.33-48.

SEROA da Motta, R. **Economia Ambiental**. FGV Editora, 2006.

SEROA DA MOTTA, R. **Manual para valoração econômica de recursos ambientais**. Rio de Janeiro: IPEA/MMA/PNUD/CNPq, 1997. 242p.

SHICK, R. S.; URBAN, D. L. Spatial components of Bowhead whales (*Balaena mysticetus*) distribution in the Alaskan Beaufort Sea. **Canadian Journal of Fisheries and Aquatic Sciences**, v.57, pp.2193-2200, 2020.

SILVA, L. How Ecotourism Works at the Community-Level: the Case of Whale-Watching in the Azores. **Current Issues in Tourism**, v. 18, n. 3, pp.196-211, 2015.

STYNES, D.; PROPST, D.; CHANG, W.; SUN, Y. **Estimating National Park Visitor Spending and Economic Impacts**; The MGM2 Model. Michigan State University, 2000.

SYNECA CONSULTING. **Socio-economic values of cetacean conservation**. Relatório apresentado ao Departamento de Meio Ambiente, Águas, Heranças e Artes do Governo da Austrália. Disponível em: <<https://www.dcceew.gov.au/sites/default/files/documents/syneca-report.pdf>> Acesso em: 11/08/2024.

WILSON, C.; TISDELL, C. Conservation and economic benefits of wildlife-based marine tourism: Sea turtles and whales as case studies. **Human Dimensions of Wildlife**, v. 8, n. 1, p. 49–58, 2003.

WWF, World Wildlife Fund. **Proceedings of the Whale Watching Industry Symposium**. London: World Wildlife Fund, 2003.

YOUNG, C. E. F.; BAKKER, L. B.; BUCKMANN, M. F. Y.; MATOS, C. H.; TAKAHASHI, L.; SILVA, M. L. B. **Roteiro para a valoração de benefícios econômicos e sociais de unidades de conservação**. Livro eletrônico, 1ed. Curitiba – PR: Fundação Grupo Boticário de Proteção à Natureza, 2015.

YOUNG, C. E. F.; FAUSTO, J. R. B. Valoração de recursos naturais como instrumento de análise da expansão da fronteira agrícola na Amazônia. IPEA – **Anais** do I Encontro da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica, 1997.

YOUNG, C. E. F.; MEDEIROS, R. (Orgs) **Quanto vale o verde: a importância econômica das unidades de conservação brasileiras**. Rio de Janeiro: Conservação Internacional, 2018. 180p.

Agradecimentos

Ao Instituto Baleia Jubarte (IBJ) pelo apoio a pesquisa.

Maira Luiza Spanholi: Universidade do Estado de Mato Grosso, MT, Brasil.

E-mail: maira_luiza15@hotmail.com

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9159973620318085>

Leonardo Hasenclever de Lima Borges: Instituto TerraMaré e Universidade de Brasília, DF, Brasil.

E-mail: leonardohasenclever@hotmail.com

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1440496668055147>

Eduardo Freitas Moraes de Camargo: Instituto Baleia Jubarte, Brasil.

E-mail: eduardo.camargo@baleiajubarte.org.br

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0511651939466309>

José Truda Palazzo Junior: Instituto Baleia Jubarte, Brasil.

E-mail: jose.truda@baleiajubarte.org.br

Sérgio Ricardo Cardoso Cipolotti: Instituto Baleia Jubarte, Brasil.

E-mail: sergio.cipolotti@baleiajubarte.org.br

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1455334412278713>

Data de submissão: 04 de julho de 2024.

Data do aceite: 12 de setembro de 2024.

Avaliado anonimamente